

RESENHA DE LIVRO

“Por uma Geografia do Poder”, de Claude Raffestin

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

Lucas Guedes Vilas Boasⁱ
Doutorando em Geografia
Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG)

116

ⁱ Endereço institucional:
Vide nota de fim.
Endereço eletrônico:
lucasgyb1991@hotmail.com

Em “Por uma Geografia do Poder”, Raffestin considera a Geografia Política Clássica, desenvolvida por autores como Ratzel, uma geografia do Estado. Neste contexto, ele critica a obra ratzeliana, devido à sua concepção de poder centrada no Estado. Os escritos do geógrafo alemão possuíam viés naturalista e sociológico, enfatizando o vínculo existente entre solo e Estado, principalmente através do vocábulo *Boden*. Para ele, a origem do Estado está nas comunidades que se fixaram no solo, explorando as potencialidades territoriais. Assim sendo, em sua geografia, o autor enfocou os conceitos espaciais, sobretudo a posição. Também versou sobre fronteiras, população, circulação, centro e periferia, entre outros temas caros à ciência geográfica nos tempos recentes.

Para Raffestin, não há política somente no Estado, pois o poder político existe em toda forma de organização. Ele critica a geopolítica, a qual, em seus dizeres, vê o poder territorial hierarquizado e centralizado no Estado, negando o poder do povo. Em seu olhar, a dimensão política está em toda ação. Deste modo, toda geografia humana é uma geografia política. Para além, ele critica a naturalização das relações e organizações humanas. Destarte, ele discorda de autores como Ratzel e seus discípulos e se aproxima da concepção de poder foucaultiana. Para o francês, o poder não é único e unidimensional.

Assim, ele recuperou outras escalas presentes nas relações de poder, visto que Ratzel enfatizou apenas a escala estatal. Ao conceituar poder, o geógrafo francês,

muito influenciado pela definição foucaultiana, afirma que ele é exercido, não adquirido. As relações de poder não são externas a outras relações (sociais, econômicas, entre outras), são intrínsecas a elas. O poder é algo relacional, multidimensional e imanente, vinculando-se ao espaço-tempo. Suas relações são intencionais e não subjetivas, portanto, objetivas. Em geral, também são dissimétricas. Ademais, não é algo hierárquico, visto que os grupos subalternos também possuem poder.

O poder está intimamente vinculado à energia e à informação, as quais manipulam os fluxos. Em toda relação de poder, há simultaneamente energia e informação. Neste âmbito, a informação não é limitada, nem aditiva. Na maioria dos casos, ela se degrada com o tempo. A informação é constituída por mensagens, as quais são transmitidas por sinais, que podem ser linguísticos ou não-linguísticos. Para o autor, a eliminação das diferenças culminaria na destruição da informação.

Já a energia é limitada, aditiva, divisível e degradável. A possibilidade do exercício do poder se relaciona à energia e à informação, as quais dependem da massa demográfica e da circulação. Salienta-se que a discriminação espacial impõe relações dissimétricas, resultando em diferenciações no acesso à energia e à informação.

Neste contexto, o autor compreende a circulação como imagem do poder, a qual se torna visível através dos fluxos de homens e bens e de suas infraestruturas. Nesta esfera, a circulação e a comunicação são complementares. A circulação do dinheiro através das redes financeiras mostra a íntima articulação entre circulação e comunicação. Ambas estão presentes nas estratégias de dominação das superfícies e pontos dos territórios. A circulação é mais geral que a comunicação, pois abarca tudo o que é mobilizável. A fonte do poder está mais na comunicação que na circulação, pois o poder quer ver, mas não deseja ser visto.

As técnicas facilitam o controle e a gestão da circulação no território. Aquilo que porta informação, comunica algo. Por conseguinte, a informação controla a mobilidade. Destarte, a comunicação comanda e se alimenta da circulação, abstraído o território e o transformando em informação. Destarte, Raffestin disserta que nos tempos recentes o poder é informacional, pois se baseia na informática. Para ele, a circulação de energia sustenta a informatização. Neste sentido, seu pensa-

mento é análogo à visão de Milton Santos em sua fala acerca do meio técnico-científico informacional.

Na concepção raffestiniana, as redes de comunicação e de circulação são sistemas sêmicos materiais, oriundos de estratégias e a serviço delas. Para ter poder, é necessário o controle das redes de circulação e comunicação, o qual representa também o domínio dos seres humanos. Ao dissertar sobre a mídia, o autor afirma que ela não é um poder, mas um instrumento do poder combinado em estratégias.

A origem do poder e de suas relações está no trabalho. Devido a isso, o poder surge de baixo. As relações de poder se traduzem por malhas, redes e centralidades, as quais constituem categorias invariáveis do poder. A rede é flexível, móvel e inacabada. É instrumento de poder e imagem do poder dos atores dominantes. Ela se adapta às variações espaciais e temporais, sendo assim, instrumento ideal do poder. Não obstante, a rede não é um organismo vivo, nem se reproduz arbitrariamente. Destarte, as redes devem ser decifradas através de sua história, de seus territórios, de seus modos de produção e suas técnicas.

No livro, o autor segue a divisão tripartite usual na geografia política, a qual divide os estudos em população, território e recursos. Nesta esfera, ele expõe que os conflitos envolvendo a disputa por um território também englobam a luta pela população e pelos recursos ali existentes. Acerca da população, defende que ela confere dinâmica ao poder, ao território e às relações. Em sua ótica, a população é fonte do poder, assim como origina energia e informação. Assim sendo, todas as relações passam por ela. Em virtude disto, compreende o recenseamento populacional como o primeiro domínio do poder. Desta maneira, a demografia é um instrumento de poder, no qual o conhecimento é utilizado em prol da dominação.

Ao longo de sua discussão sobre a questão populacional, Raffestin aborda temas como a migração, a natalidade e a fecundidade, além do controle e da gestão destes pelos Estados, as políticas articuladas, entre outros. Para ele, a língua é uma forma de poder, pois se configura como instrumento da identidade cultural de um povo, sendo o recurso da expressão e da comunicação humana. Por isso, possui grande valia nas relações de poder.

A religião, assim como a língua, é um sistema sêmico. Caracterizada por relações de poder, toda religião implica a distinção entre o sagrado e o profano, os quais se excluem e se definem um em relação ao outro. Não há religiões puras, pois as relações políticas as permeiam. Ademais, há um estreito liame entre Estado e Igreja, no qual predomina o primeiro, que manipula a religião para consolidar seu poder. Assim sendo, a religião é um fator ativo na criação de nacionalismos, amalgamando-se à identidade e à resistência.

As diferenças raciais e étnicas constituem um fator político, pois são utilizadas na busca do poder. A discriminação de certas raças e etnias pode ser espacial, conforme ilustram diversos exemplos de segregação socioespacial mundo afora, nos quais bairros ou áreas inteiras de algumas cidades são habitados por migrantes ou por povos de outras etnias. A discriminação racial gera desequilíbrios internos, os quais podem afetar a coesão estatal. Neste âmbito, o autor defende a necessidade de um pluralismo racial e étnico.

O território possui superfícies (tessituras), pontos (nós) e redes. Estes três sistemas permitem a integração e a coesão dos territórios, os quais são produzidos por diversos atores (do Estado ao indivíduo), em quaisquer escalas. A produção do território implica conjugação de energia e informação. Neste sentido, ele possui sistemas sêmicos, compostos por símbolos e códigos. Ademais, é um espaço trabalhado, formado por pontos, superfícies e linhas. Possui função ideológica, visto que há tantas representações territoriais, quantos forem os autores que as planejem.

É preciso delimitar o território, pois a noção de tessitura exige/implica em limites. A tessitura é sempre um enquadramento do poder, definindo fronteiras ou limites, poderes e escalas, elementos inter-relacionados na dinâmica territorial. Já o ponto (ou nodosidade) é a expressão de um ego, individual ou coletivo. As nodosidades propiciam o surgimento de relações de poder dos lugares centrais com as demais localidades.

No período pré-industrial, as superfícies são os elementos mais importantes dos territórios, em função das dificuldades de comunicação e mobilidade existentes. Já no período industrial, os pontos e as redes se valorizam enquanto invariantes territoriais, visto que os deslocamentos e as comunicações são facilitados.

Segundo o autor, as fronteiras eram zonais na Idade Média, apresentando contiguidade. Com o advento do Estado Moderno, as fronteiras são linearizadas. Neste mote, ele expõe que os mapas definem, delimitam e demarcam as fronteiras. Em sua visão, os atores territoriais estão num quadro espaço-temporal e ocupam uma posição absoluta e relativa no globo terrestre. Portanto, as quadrículas do poder são territoriais e temporais.

Adiante, Raffestin afirma que as territorialidades são conjuntos de relações mediatizadas que derivam do sistema sociedade-espaço-tempo e se associam à organização do espaço. Ademais, as julga dinâmicas, pois seus elementos constituintes variam no tempo. Portanto, a territorialidade é sempre uma relação e se manifesta em todas as escalas, vinculando-se às coletividades e à esfera do vivido.

Toda relação depende de delimitações. O limite é um sistema sêmico usado pelas coletividades para marcar o território. Destarte, os limites são uma informação que estrutura o território, o qual é produto dos atores sociais. Nesta contextura, toda apropriação possui limites, os quais expressam as relações de poder. Salienta-se que todas as relações do território são relações de poder.

A mudança na estrutura de poder implica em mudanças nos quadros territoriais. Por conseguinte, altera-se a tessitura dos territórios, a qual se relaciona diretamente com o modo de produção. Quando há modificações no poder, ocorre uma mudança de escala na estrutura territorial. A funcionalização e a disfuncionalização afetam o território e suas fronteiras. As tessituras permanecem, porém, são reorganizadas.

As organizações econômicas almejam a anulação dos obstáculos territoriais, buscando a isotropia nos territórios. Já as organizações políticas aderem à anisotropia, porque procuram subdividir/recortar o território, para melhor controlá-lo. Portanto, os interesses das organizações políticas e econômicas são contraditórios. Não obstante, a organização territorial é dependente do modo de produção. Sob a égide do modo de produção capitalista, procura-se proporcionar maior mobilidade aos territórios, em virtude da necessidade de reprodução do capital e da aceleração de seu tempo de giro. Para o geógrafo francês, o poder político imita o poder econômi-

co, o Estado imita o capital. Assim, o Estado busca a unidade e a uniformidade. Neste intento, substitui a diversidade pela generalidade.

A centralidade e a marginalidade coexistem no território, definindo-se uma em relação à outra. Não há centralidade sem marginalidade e vice-versa. Por intermédio de processos como a gentrificação e a desvalorização de áreas centrais, uma marginalidade pode tornar-se uma centralidade e vice-versa. Raffestin advoga em favor do uso dos termos centralidade e marginalidade, pois em seu julgamento os vocábulos centro e periferia tornam estáticas as relações territoriais. Ademais, o autor aponta que centralidades excessivas criam marginalidades profundas.

O autor discorre acerca da capital em sua explanação sobre o poder. Neste âmbito, ele a conceitua como um conjunto de sistemas sêmicos que mediatizam as relações de poder. Ela impõe seus códigos às demais regiões e precisa de outros espaços para obter os recursos necessários ao exercício do poder. Assim sendo, as capitais geram divergências econômicas e desigualdades regionais. Seu surgimento exprime uma crise em certa coletividade, indicando a passagem de um sistema sêmico para outro. Por exemplo, a construção de Brasília revela uma vontade modernista e a intenção de interiorizar a capital.

O espaço é a realidade inicial para a produção do território, o qual é a cena do poder e o local onde ocorrem as relações. Para Raffestin, o espaço antecede o território, visto que o espaço representado torna-se território, pois alguém se apoderou dele. Em sua teoria, o espaço não é um dado, mas uma criação. Há, portanto, enlaces entre a ocupação do espaço (criado) e uma dada orientação da vida social. O francês apregoa, assim como Milton Santos, que o espaço é dotado de intencionalidade.

Ao término do livro, o autor constrói alguns comentários sobre os recursos, afirmando que estes são relações instáveis, pretextos para o surgimento de práticas e estratégias. Sua produção demanda certo poder. Todo recurso é produto de uma relação. Assim, todos os recursos são humanos. As relações de poder interferem diretamente na produção de recursos, envolvendo a posse sobre os recursos renováveis e não-renováveis, diferenciados pelo autor. Neste âmbito, Raffestin julga o solo cultivável como um recurso renovável, o qual existe em quantidade limitada.

Resenha de livro – “Por uma Geografia do Poder”

Lucas G. Vilas Boas

Os recursos são ou podem ser instrumentos do poder ou armas políticas. Destarte, determinam e condicionam as ações. Toda mobilização de recursos exige algum domínio de energia e informação. Para produzir um recurso, o ator aplica um conjunto de técnicas sobre uma matéria.



Recebido em 22 mar. 2016;

aceito em 20 maio 2016.

ⁱ *Endereço institucional:* Avenida Antônio Carlos, n.6.627. Instituto Geociências. Pampulha. Belo horizonte, MG, Brasil. CEP: 31270-901.